



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

390

**Apelação Criminal nº:** N.º 0316043-8 (0044959-30.2008.8.17.0001)  
**Comarca Origem:** Recife – 4º Vara do Tribunal do Juri  
**Apelante:** Wellington Costa de Araújo  
**Apelado:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procurador de Justiça:** Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

**EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. APELADO PRONUNCIADO E CONDENADO PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 121, § 2º, I e IV DO CÓDIGO PENAL. APELAÇÃO DA DEFESA. NOVO JULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS. CONSELHO DE SENTENÇA ACATOU TESE DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PEDIDO DE NOVO JULGAMENTO. DUAS TESES. PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS. JULGAMENTO QUE ENCONTRA EMBASAMENTO NAS PROVAS. DOSIMETRIA DA PENA. ANÁLISE DO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL. AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME NÃO PODEM SER VALORADAS NEGATIVAMENTE. APELO PROVIDO PARCIALMENTE. DECISÃO UNÂNIME.**

1. A materialidade, in casu, é inconteste, conforme perícia tanatoscópica acostada à fl. 85 dos autos.
2. No tocante à autoria, impende destacar que a decisão do Tribunal do Júri é soberana, somente podendo ser reformada em situações excepcionais, previstas no art. 593 do Código de Processo Penal.
3. A orientação jurisprudencial de nossos Tribunais Superiores é uníssona no sentido de que só há decisão manifestamente contrária à prova dos autos quando se evidencia absolutamente alheia aos elementos de convicção constantes do processo, o que não ocorre no caso em apreço. Desse modo, a decisão dos jurados que acolhe uma das teses apresentadas pelas partes não pode ser considerada como manifestamente contrária à prova dos autos e, em face do princípio constitucional da soberania dos veredictos, não há razão para que se proceda a um novo julgamento.
4. No que se refere a dosimetria, diante de uma análise acurada dos autos, a despeito dos argumentos da defesa no sentido de que a fixação do quantum da pena foi desproporcional a análise das circunstâncias do art. 59 do Código Penal, verifica-se que, a culpabilidade e as consequências do crime não poderiam ser valoradas negativamente em razão que tal fundamento já foi utilizado para qualificar o homicídio.
5. **Apele provido parcialmente** apenas para reformar a pena do recorrente para 14 (quatorze) anos de reclusão em regime inicialmente fechado. **Decisão unânime.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da *Apelação Criminal nº 0316043-8* da 4ª Vara do Juri da Capital/PE, em que figura, como apelante Wellington Costa de Araújo, e, como apelado Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade de votos, em dar provimento parcial** ao recurso, tudo consoante consta do relatório e votos anexos, que passam fazer parte do julgado.

Recife, 27 de 05 de 2014.

**Des. Mauro Alencar de Barros**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

Apelação Criminal nº: N.º 0316043-8 (0044959-30.2008.8.17.0001)  
Comarca Origem: Recife – 4º Vara do Tribunal do Juri  
Apelante: **Wellington Costa de Araújo**  
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros  
Procurador de Justiça: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho  
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

**RELATÓRIO**

Cuida-se de apelação criminal interposta por advogado constituído em favor de **Wellington Costa de Araújo** contra a sentença de fls. 340/341 prolatada pelo MM. Juiz de Direito da 4ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/PE que, em consonância com a decisão proferida pelo Conselho de Sentença, condenou o recorrente pela prática do crime tipificado no **art. 121, §2º, incisos I e IV do Código Penal à pena definitiva de 20 (vinte) de reclusão**, a ser cumprida inicialmente em regime **fechado**.

Irresignado com a decisão do Conselho de Sentença, a defesa do recorrente em plenário interpôs o recurso de apelação, com fundamento no art. 593, inciso III, alíneas "c" e "d" do Código de Processo Penal.

Com fulcro no art. 600 do CPP a defesa técnica apresentou as **razões**, fls. 355/367 requerendo a anulação do júri e, por conseguinte, a anulação da sentença e designação de novo julgamento pelo Tribunal Popular, sob o argumento que a **decisão dos jurados encontra-se dissociada da prova judicializada**. Subsidiariamente pugna pela redução da pena imposta, por entendê-la exacerbada, sob a alegação de que a própria sentença reconheceu ao apelado circunstâncias que o favorecem.

O Ministério Público ofereceu as **contrarrazões** às fls. 372/374 nas quais o Membro do *parquet* sustenta que a materialidade e a autoria firmaram-se indiscutíveis, uma vez que as provas dos autos são seguras para a decretação condenatória. Por fim aduz que a pena foi devidamente dosada, não havendo nada para ser alterado na decisão.

**Parecer** da douta Procuradoria de Justiça, Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, acostado às fls. 379/380.v, opina pela improcedência do recurso, tendo em vista o princípio

383  
R

My



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros**

constitucional da soberania dos veredictos, o qual apenas possibilitaria anulação do julgamento nos casos de decisões manifestamente contrárias as provas coligadas nos autos.

É o Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 10 de 01 de 2014.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**

384  
U



399

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros**

**Apelação Criminal nº:** N.º **0316043-8** (0044959-30.2008.8.17.0001)  
**Comarca Origem:** Recife – 4º Vara do Tribunal do Juri  
**Apelante:** **Wellington Costa de Araújo**  
**Apelado:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procurador de Justiça:** Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

**VOTO DO RELATOR**

Presentes os pressupostos recursais de admissibilidade. Conheço do recurso.

Como já consignado no relatório, cuida-se de apelação criminal interposta por advogado constituído em favor de **Wellington Costa de Araújo** contra a sentença de fls. 340/341 prolatada pelo MM. Juiz de Direito da 4ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/PE que, em consonância com a decisão proferida pelo Conselho de Sentença, condenou o recorrente pela prática do crime tipificado no **art. 121, §2º, incisos I e IV do Código Penal à pena definitiva de 20 (vinte) de reclusão**, a ser cumprida inicialmente em regime **fechado**.

**01) Da decisão conforme as provas coligadas aos autos:**

Consta da denúncia que no dia 18 de abril de 2008, por volta das 21h30, na residência da vítima situada na Rua Maués, nº 55, Bairro San Martin, Recife, terceira pessoa conhecida pela alcunha de Felipão, em comunhão de desígnios e ações com o ora recorrente Wellington e o denunciado, ora falecido Cleber de Miranda Pereira, mediante uso de arma de fogo e com *animus necandi*, desferiu disparos contra a vítima, Valmir Joaquim Alexandre, o qual atingido pelos projeteis veio a falecer por hemorragia interna e externa provocada pelos ferimentos penetrantes e transfixastes do tronco.

Relata, ainda, a peça acusatória que o recorrente e o denunciado falecido teriam participado do fato narrado na denúncia. O sujeito Cleber adentrou na residência juntamente com "Felipão", no intuito de localizar a vítima para matá-la. Já o apelante, além de apontar o irmão da

ry



392

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros**

vítima (verdadeiro alvo da investida criminosa), ainda teve contra si o móvel da ação delituosa, uma vez que o motivo do delito foi o fato do ofendido ter assassinado o primo do recorrente.

Nesse presente recurso, pretende a defesa técnica do apelado, a anulação da sentença e designação de novo julgamento pelo Tribunal Popular, sob o argumento de que a decisão dos jurados encontra-se dissociada da prova judicializada. Subsidiariamente pugna pela redução da imposta.

Como é cediço, para o acatamento do presente recurso, faz-se necessário observar se houve *error in iudicando*, por decisão arbitrária dissociada da prova carreada para os autos.

Registro que o julgamento feito pelo Tribunal do Juri somente é passível de ser anulado se a decisão tomada afrontar as provas colhidas na instrução, pois a soberania assegurada pelo texto constitucional deve ser respeitada.

No que concerne a alegação de que a decisão do conselho de sentença não encontra amparo na prova dos autos, é importante ressaltar que a decisão do Tribunal do Júri é soberana, somente podendo ser reformada em situações excepcionais, previstas no art. 593 do Código de Processo Penal.

Apesar de não ser questionada, destaco que a **materialidade** é inconteste, conforme perícia tanatoscópica acostada à fl. 85 dos autos.

Quanto à participação no delito, analisando-se detidamente os autos, constata-se que há duas teses: a) a da acusação: participação na execução do homicídio duplamente qualificado, motivada por motivo torpe e com emprego de recurso que impossibilitou a defesa da vítima; b) e a da defesa: ausência de provas necessárias para a condenação.

Com base nas provas constantes dos autos, o Tribunal do Júri, escolheu uma das teses existentes, descabendo, assim a instituição de novo julgamento, senão vejamos:

*In casu*, o conselho de sentença, analisando o conjunto probatório, acolheu a tese da acusação e concluiu que o recorrente participou para a consecução do crime de homicídio narrado na denúncia.

Relativamente ao princípio constitucional da soberania dos veredictos, a orientação jurisprudencial de nossos Tribunais Superiores é uníssona no sentido de que só há decisão manifestamente contrária à prova dos autos quando se evidencia absolutamente alheia aos elementos de convicção constantes do processo. Senão vejamos os seguintes arestos do Superior Tribunal de Justiça:

M



393

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros**

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL E PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. CONDENAÇÃO. APELAÇÃO E EMBARGOS INFRINGENTES. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. ALEGAÇÃO DE QUE A DECISÃO FORA CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS NÃO RECONHECIDA PELA INSTÂNCIA A QUO. EXISTÊNCIA DE DOIS LAUDOS COM DIVERGÊNCIAS ACERCA DA MORTE DA VÍTIMA. EXISTÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA QUE SUBSIDIARAM A OPÇÃO DO JÚRI POPULAR POR UMA DAS VERSÕES APRESENTADAS. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.

1. O órgão judicial, para expressar sua convicção, não está compelido a aduzir comentários a respeito de todos os argumentos levantados pelas partes, quando decidir a causa com fundamentos capazes de sustentar sua conclusão. Omissão inexistente.

**2. Anula-se o julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, com fundamento no art. 593, inciso III, alínea d, nas hipóteses em que a decisão do Conselho de Sentença é arbitrária, dissociando-se completamente da prova dos autos, o que não ocorre quando os jurados, amparados pelo conjunto probatório existente, optam por uma das versões apresentadas. Precedentes.**

3. O acórdão recorrido, embora tenha consignado que se tratava de questão insuscetível de ser apreciada porque não argüida anteriormente, e por isso não haveria omissão a ser sanada, na realidade, efetivamente examinou toda a matéria acerca da prestabilidade de um laudo em face do outro, não deixando qualquer dúvida quanto à possibilidade de o Júri Popular, acolhendo uma das versões expostas, valer-se de um deles.

4. Ausência de violação à lei federal, além de indemonstrado dissídio jurisprudencial.

5. Recurso não conhecido. (STJ, REsp 809680/PR, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 06.11.2006, p. 366) (Grifos nossos).

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. APELAÇÃO DA DEFESA. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. OPÇÃO DOS JURADOS PELA TESE ACUSATÓRIA QUE ENCONTRA AMPARO NO CONJUNTO PROBATÓRIO. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO. ART. 59 DO CP. INOCORRÊNCIA DE ILEGALIDADE.

**1. Não há falar em decisão contrária à prova dos autos quando, diante de duas versões que se contrapõem, os jurados optam por uma delas, desde que a tese eleita esteja amparada em provas carreadas nos autos.**

2. No caso, os jurados se convenceram da tese aventada pela acusação, que, por sua vez, possuía fundamento nas provas colhidas ao longo de toda a instrução processual, de forma que, entender pela nulidade da referida decisão plenária, consistiria em inegável afronta à soberania dos veredictos proferidos pelo Tribunal do Júri.

3. É cediço que a pena-base deve ser fixada concreta e fundamentadamente (art. 93, IX, CF), de acordo com as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do delito.

4. Na espécie, não se vislumbra a existência de constrangimento ilegal a ser sanado na via estreita do writ, porquanto a pena-base fora estabelecida acima do mínimo legal de maneira fundamentada, com lastro em elementos idôneos, atendendo ao princípio da proporcionalidade.

5. Tem-se por inviável o reexame, em habeas corpus, de aspectos da sentença adstritos

MP



394

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*

ao campo probatório, daí que, somente quando despontada a existência de ilegalidade na fixação da pena, é descortinada a possibilidade da sua correção na via eleita, o que não é a hipótese dos autos.

6. Ordem denegada. (HC 99.202/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 28/02/2012, DJe 12/03/2012)

Desse modo, a decisão dos jurados que acolhe uma das teses apresentadas pelas partes não pode ser considerada como manifestamente contrária à prova dos autos.

A participação, por sua vez, restou inconteste.

A primeira testemunha ministerial, o Sr. Valdemir Joaquim Alexandre, irmão da vítima, contou às fls. 221/221v. que estava junto de seu irmão no momento em que o crime ocorreu e relatou com detalhes a atuação do recorrente no homicídio duplamente qualificado. Vejamos:

"que Felipão adentrou à residência, mas não avistou o depoente, que deitou-se em um canto da parede e não foi visto, seguindo para o quarto onde a vítima estava, tendo o depoente ouvido os disparos; **que a vítima escondeu-se embaixo da cama e Felipão continuou atirando, tendo o acusado Wellington entrado na casa e chamado Felipão para ir embora, enquanto a Polícia não chegasse; que após isto o acusado Cleber tirou a camisa e foi beber em um bar em frente à casa do acusado Wellington,(...) que após Felipão sair da casa, levantou-se do chão e chegou a avistar Felipão saindo, acompanhado do acusado Wellington; que desconhece qualquer motivo em relação ao acusado Wellington para matá-lo ou à vítima;** que ouviu falar que, momentos antes do crime, os acusados e Felipão estariam bebendo em um bar, nas proximidades, e após o ocorrido, quando chegou com a polícia no referido bar, encontrou apenas o acusado Cleber, o qual foi detido pela polícia; que a vítima e o depoente conheciam o acusado Cleber; que não sabe explicar a razão do acusado Cleber, após os fatos, ter retornado para o mesmo bar onde estava antes e ali continuar bebendo, tornando-se um alvo de fácil localização." (nosso griffo)

As perguntas da defesa a testemunha Valdemir respondeu que a casa onde ocorreram os fatos tem vizinhança e as casas são todas encostadas umas nas outras e que o vizinho, Sr. Luizinho, ouviu na hora em que Wellington chamou Felipão e isto lhe contou posteriormente, dizendo que viu, também, Wellington e Felipão saindo da casa.

A Sra. Rosiana Ferreira da Silva **reconheceu em juízo o apelante** como o autor do homicídio em tela, conforme se observa à fl. 339 dos autos.

A testemunha Reginaldo Severino da Silva disse que no instante do delito estava na calçada de sua casa, a qual é muito próxima a residência onde ocorreu o homicídio. Sendo assim, pode contar com precisão os fatos que presenciou, conforme podemos observar às fls. 213/213.v:

"Que viu quando um sujeito gordo, que nunca tinha visto na vida, entrou em sua casa com um revólver na mão, **tendo o depoente gritado para que tal pessoa**

14



395

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros**

não atirasse, já ouvindo o primeiro tiro, tendo corrido do local para se abrigar em um beco que tem na rua; que, já na delegacia, foi que reconheceu Wellington como sendo a pessoa que entrou com o atirador e em seguida saiu com ele; que o acusado Wellington não estava armado, nem atirou em ninguém; que do local onde estava escondido deu para ver o acusado Wellington e o atirador saindo de sua casa e indo embora por outro beco; que disse ao policial, quando ele lhe mostrou Cleber na viatura, que não o vira nem de manhã, nem de tarde nem de noite, em local algum; que não tinha conhecimento de nenhuma inimizade entre acusados e vítima, nem o irmão Valdemir, pois todos costumavam beber juntos, ou seja, no mesmo bairro, chegando a beberem até no mesmo bar, por isso o depoente não sabe dizer da existência de nenhum problema entre eles;

As perguntas da juíza, a testemunha disse que ouviu através de comentários na localidade de que Wellington teria participação na morte da vítima, pelo fato de ter saído do local com o atirador.

Corroborando, ainda, com a tese da acusação, a qual foi acolhida pelo conselho de sentença, é o depoimento prestado pela Sra. Jamilly Barbosa da Silva a qual descreveu que no dia e hora do crime havia saído para comprar um sanduíche, e quando ia voltando encontrou o recorrente Wellington dando cobertura à fuga de quem matou a vítima. Disse que quando avistou Wellington, vinha por um beco e cruzou com ele no referido local e que Felipão estava numa bicicleta e Wellington em frente ao veículo, indicando o caminho por onde Felipão deveria seguir.

Afirmou ainda em seu depoimento em juízo que nunca tinha visto Felipão antes, mas que conhecia o acusado Wellington, pois costumava comprar na barraca da mãe dele e que apenas ouviu quando o acusado Wellington disse a Felipão "é por aqui", indicando o caminho da fuga.

Não houve arrolamento de testemunhas de defesa.

Cabe também mencionar, que o recorrente confessou a participação do delito em seque inquisitorial. Às fls. 10/102 contou os motivos e os meios utilizados para ceifar a vida da vítima.

Assim, no que concerne à autoria, esta se encontra demonstrada nos autos pelo depoimento das testemunhas ouvidas na fase judicial que se encontra em consonância com o depoimento daquelas ouvidas na Delegacia fls. 33/58, bem assim pelos demais indícios dos autos que atestam a prática do homicídio por motivo fútil e de forma que impossibilitou a defesa da vítima.

Em seu interrogatório o apelante às fls. 274/275 afirmou que não são verdades os fatos

MY





396

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*

narrados na denúncia. Para justificar a imputação feita pelo representante do Ministério Público trouxe ao juízo uma diferente da relatada na delegacia e incoerente com as provas angariada nos autos. O recorrente afirmou:

"que não é verdadeira a imputação que lhe é feita; que acredita que está sendo acusado de ter participado porque era amigo do denunciado Cleber Miranda; que o interrogando informa que o segundo acusado foi assassinado no mês de março, no bairro de San Martin; que o depoente não sabe quem seja Felipão; que os comentários são de que Felipao seria o autor do crime; que o interrogando informa que no momento do crime Cleber acompanhava a pessoa de Felipão; que o interrogando acredita que Felipão e Cleber, na verdade, queriam assassinar a pessoa de Valdemir Joaquim Alexandre, o qual teria assassinado um primo de Cleber; que no dia do crime o depoente esteve com o acusado Cleber jogando sinuca e bebendo em um estabelecimento que se localiza na frente do depósito de bebida do pai do interrogando; que esteve com Cleber até por volta de 7h/8h da noite; que o interrogando pode informar que Cleber retirou-se do local acima aludido antes do interrogando; que não sabe dizer a hora em que ele retirou-se, mas pode informar que já era noite; que por volta de 20h o interrogando saiu da sinuca e foi para o estabelecimento de seu pai; que não se recorda até que horas ficou com seu pai no depósito de bebidas; que por volta de 8:30 da noite o depoente avistou Cleber sentado em um banco de uma praça que onde seu pai havia edificado a sinuca e o depósito de bebidas; que apenas cumprimentou Cleber e não mais bebeu com ele; que cerca de 15 minutos após Cleber ter chegado ao local acima mencionado, lá chegou Felipão, e logo em seguida Cleber e Felipão se ausentaram do local; que devido à fama de Felipao de matador, o interrogando imaginou que algo iria acontecer; que o local onde ocorreu o crime fica bem próximo do lugar onde havia o estabelecimento do pai do interrogando; que o Cleber, no dia do crime, comentou com o depoente que queria pegar Valdemir Joaquim Alexandre; que o interrogando não sabe porque foi para a casa onde ocorreu o crime; que a pedido da defensora pública o Dr. Juiz mandou constar que o interrogando, por duas vezes, declinou que Cleber fosse matar o irmão da vítima; que a pedido da defensora pública o Dr. Juiz mandou constar que o interrogando disse que Cleber não queria matar o irmão da vítima, mas sim pegá-la; que no caminho o interrogando chegou a ouvir primeiramente um disparo, depois mais outros; que no meio do caminho Cleber passou pelo interrogando em uma bicicleta; que também logo em seguida passou no local a pessoa de Felipão; que então o interrogando deu meia volta e retornou para o deposto do seu pai; que depois surgiram diversas pessoas comentando que havia acontecido um crime na casa de Jamily; que cerca de 5 ou 10 minutos após os fatos acima narradas, Cleber retornou para a praça, local onde estava antes do crime; que o interrogando não chegou a olhar o corpo da vítima; que não se lembra do nome da pessoa que lhe declinou o nome da vítima; que não conhecia a vítima, mas conhece Valdemir Joaquim Alexandre, irmão da vítima; que conhecia tal pessoa apenas de vista, pois o mesmo efetuava compras no estabelecimento do pai do interrogando; que conhece as testemunhas arroladas na denuncia e nada tem contra a mesma; que não conhece as provas já apuradas; que nada mais tem a alegar."

Ora, as testemunhas são firmes e uníssonas ao apontar o apelante como o partcipe do homicídio de Valmir. Restando as informações dadas pelo apelante isoladas no contexto probatório.

**Cabe ressaltar ainda que em plenário, as testemunhas Reginaldo Severino e Valdemir conformaram os depoimentos dados em juízo e reafirmaram a participação do apelante no delito, conforme cópia de mídia áudio visual acostada à fl.335 dos autos.**

M



397

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*

Quanto as **qualificadoras** indicadas pela acusação, quais sejam, o motivo torpe e o uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima, ambas foram devidamente reconhecidas pelo conselho de sentença não havendo nenhuma nulidade ou contrariedade as provas nesse ponto igualmente.

Destarte, é cediço que a possibilidade de modificar as decisões proferidas pelo Júri Popular insere-se no **campo da excepcionalidade**, se for constatado que tal decisão revela-se arbitrária, divorciada completamente dos elementos de prova angariados no feito.

Não obstante, no exercício dessa prerrogativa o Conselho de Sentença se compromete, apenas, aos ditames de sua consciência e da Justiça, consoante disposição do art. 472 do Código de Processo Penal, com base nas provas trazidas aos autos, ficando suscetível de anulação somente a decisão que não encontrar respaldo algum no acervo probatório constante do caderno processual. O que no presente caso não ocorreu, uma vez que todas as provas clamam pela condenação do recorrente.

Sobre a interpretação das provas pelo Conselho de Sentença, peculiar o ensinamento do professor Guilherme de Souza Nucci, assim redigido:

"(...) Não cabe a anulação, quando os jurados optam por uma das correntes de interpretação da prova possíveis de surgir. Exemplo disso seria a anulação do julgamento porque o Conselho de Sentença considerou fútil o ciúme, motivo do crime. Ora, se existe prova de que o delito foi, realmente, praticado por tal motivo, escolheram os jurados essa qualificadora, por entenderem adequada ao caso concreto. Não é decisão manifestamente contrária à prova, mas situa-se no campo da interpretação da prova, o que é bem diferente. Consideramos que a cautela, na anulação das decisões do júri, deve ser redobrada, para não transformar o tribunal togado na real instância de julgamento dos crimes dolosos contra a vida.(...)" (Nucci, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 6ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 927)

Desse modo, a decisão dos jurados que acolhe uma das teses apresentadas pelas partes não pode ser considerada como manifestamente contrária à prova dos autos.

Não cabe aqui, por conseguinte, a pretendida anulação, sob pena de desobediência ao preceito constitucional da soberania dos veredictos, visto que os Jurados são eles livres na escolha, aceitação e valoração da prova lhes apresentada.

**02) Da dosimetria da pena:**

No que se refere a alegada inadequação da pena-base imposta ao recorrente, necessário se faz, para melhor análise da questão sub examine, transcrever o trecho da sentença condenatória, *in verbis* fls. 340/341:

MY



398

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros**

"Passo à dosagem da pena. Examinando-se as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, aplicáveis in casu, tem-se que o crime foi cometido com dolo intenso, vez que a vítima sofreu várias lesões por disparos de arma de fogo, evidenciando a inquestionável vontade de matar. A culpabilidade é plena, posto que o réu, embora não tenha sido o executor, agiu com extrema frieza, vez que acompanhou a pessoa conhecida pela alcunha de "Felipão" no intuito de localizar a vítima, indicando ainda, posteriormente, um lugar para o executor se esconder após a ação criminosa. Não constam nos autos registros de condenações definitivas contra o mesmo, sendo o acusado, desta feita, tecnicamente primário. As consequências do crime são graves, especialmente para os familiares da vítima, que se quedam tomados de revolta pela perda repentina de uma vida por eles estimada com o súbito assassinato de um ente querido. **A vítima, no momento da ação delituosa, encontrava-se desarmada, não tendo contribuído para a ocorrência do crime. Por outro lado, constam nos autos informações que os denunciados, juntamente com "Felipão", queriam assassinar, na realidade, Valdemir Joaquim Alexandre, irmão da vítima.** À míngua de circunstâncias atenuantes e agravantes e por inexistirem causas especiais de diminuição ou de aumento de pena, **torno definitiva a pena de 20 (vinte) anos de reclusão.**"

No que se refere à dosimetria da pena, entretanto, faz-se relevante reparar a sanção imposta na sentença.

O quantum da pena-base para quem pratica o crime de homicídio qualificado varia de 12 (doze) a 30 (trinta) anos de reclusão, a teor do disposto no art. 121, § 2º do CP. Pela análise da sentença, percebe-se que o MM. Juiz *a quo* afastou-se 08 (oito) ano do mínimo legal, ante o fato de ter considerado a culpabilidade, as consequências do crime e as circunstâncias do delito como circunstâncias judiciais desfavoráveis ao recorrente **fixando a pena-base em 20 (vinte) anos.**

No primeiro momento o juiz *a quo* utilizou a qualificadora reconhecida pelos jurados, relativa ao motivo torpe para qualificar o delito, exasperando assim, pena em abstrato.

A outra qualificadora prevista no inciso IV, do §2º, do art. 121 do Código Penal influenciou acertadamente na aplicação da pena em concreto, servindo de fundamentação para o aumento da pena-base na análise do art. 59, mais precisamente nas circunstâncias do crime.

Todavia, as demais elementares do art. 59 do CP pesadas de forma negativa pelo sentenciante, quais sejam, culpabilidade e consequências do crime, não devem ser valoradas em desfavor do apelado.

Digo isso, em relação à culpabilidade, houve apenas menção à reprovabilidade do fato praticado pelo réu, inexistindo, portanto, uma motivação idônea e concreta apta a exasperar a pena-base. Neste sentido:

MY



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

399

STJ: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO TENTADO. PENA-BASE. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE E PERSONALIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. READEQUAÇÃO DO AUMENTO IMPLEMENTADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. Conquanto o grau de reprovabilidade da conduta constitua fator idôneo a ser sopesado no exame da culpabilidade do agente, o juiz não se vê livre da tarefa de indicar elementos concretamente aferíveis e distintos dos elementos do tipo penal, que dêem suporte à sua consideração, o que não ocorreu no caso. Precedentes do STJ.

2. A personalidade, por sua vez, deve ser aferida a partir do modo de agir do criminoso, podendo-se avaliar a insensibilidade acentuada, a maldade, a desonestidade, a cupidez ou a perversidade demonstrada e utilizada pelo criminoso na consecução do delito. Sua aferição somente é possível se existirem, nos autos, elementos suficientes e que efetivamente possam levar o julgador a uma conclusão segura sobre a questão, o que também não ocorreu no caso. Precedentes do STJ.

3. Habeas corpus parcialmente concedido para reduzir a pena do Paciente, nos termos do voto vencedor. (HC 190839 / SC. Relator: Ministro Gilson Dipp. Relatora do acórdão: Ministra Laurita Vaz. Quinta Tutmas. DJe 01/02/2013). (grifos nossos).

Já a fundamentação utilizada para valorar as consequências é inerente ao próprio tipo penal infringido, já tendo sido considerado pelo legislador quando da fixação da pena abstratamente cominada a esse ilícito, não cabendo ao magistrado exasperar a pena-base sob o arrimo de tais fundamentações.

A pena imposta ao recorrente, assim, restou estabelecida em período muito acima do mínimo legal, sem que houvesse razão plausível para tanto, aplicando-se inadequadamente o art. 59 do CP. Deste modo, reformo a pena-base do apelante para 14 (quatorze) anos de reclusão.

Ausentes circunstâncias atenuante e agravantes, bem como, causa de aumento e diminuição da pena. Sendo assim, torno a pena definitiva do recorrente em 14 (quatorze) anos de reclusão em regime inicialmente fechado, conforme as regras do art. 33 do CP.

Face o exposto, depois de afastar o pedido do recorrente de anulação do julgamento do Conselho de Sentença, **voto pelo provimento parcial do seu recurso, apenas para reformar a pena-base e assim, diminuir a sanção aplicada para 14 (quatorze) anos de reclusão a ser cumprida em regime inicialmente fechado.**

Recife, 22 de 05 de 2014

  
Des. Mauro Alencar de Barros

Relator



1002

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**Apelação Criminal nº 316043-8**

**Origem: 4ª Vara do Tribunal do Júri da Capital-PE**

**Apelante: WELLINGTON COSTA DE ARAÚJO**

**Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco**

**Relator: Des. Mauro Alencar de Barros**

**Revisor: Des. Antônio Carlos Alves da Silva**

**Procurador de Justiça: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva**

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

**VOTO DE REVISÃO**

Trata-se de apelação criminal interposta por WELLINGTON COSTA DE ARAÚJO contra a decisão do Conselho de Sentença do 4º Tribunal do Júri da Comarca de Recife-PE que acolheu a tese sustentada pela acusação, condenando o apelante nas penas do art.121, §2º, inciso I e IV do Código Penal, por ter vitimado a pessoa de Valmir Joaquim Alexandre. O réu teve a pena fixada em 20 (vinte) anos de reclusão, a ser cumprida em regime fechado. (fls.340/341)

A defesa, no momento da interposição do recurso de apelação, embasou-se no art.593, III, 'c' e 'd' do CPP, insurgindo-se contra a justiça da decisão e, subsidiariamente, contra a pena aplicada. (fls.355/367)

Contra-razões às fls.372/374 rechaçando a tese da defesa.

A douta Procuradoria de Justiça ofereceu parecer pelo não provimento do apelo (fls.379/380)

Feitas essas considerações, passa-se à análise dos autos.

O réu, WELLINGTON COSTA DE ARAÚJO, foi denunciado juntamente com a pessoa de Cleber Miranda Pereira, por ter ceifado a vida de Valmir Joaquim Alexandre.

A peça exordial narra que: "(...) No dia 18 de abril de 2008, por volta das 21h30, na residência da vítima situada na Rua Maués, nº55, Bairro San Martin, Recife-PE, terceira pessoa conhecida pela alcunha de FELIPÃO, em comunhão de desígnios e ações com os ora denunciados WELLINGTON COSTA DE ARAÚJO e CLEBER DE MIRANDA PEREIRA, mediante uso de arma de fogo e com 'animus necandi' (intenção de matar) desferiu disparos contra a vítima, VALMIR JOAQUIM ALEXANDRE (...) o primeiro denunciado – WELLINGTON – quando adentrou na residência juntamente com Felipão, no intuito de localizar a vítima para matá-la, indicando, ainda, um local para Felipão se esconder após o fato. Já o segundo denunciado – CLEBER, além de apontar o irmão da vítima VALDEMIR JOAQUIM ALEXANDRE (verdadeiro alvo da investida criminosa), fazendo sinal de



208

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

*aquiescência quando o avistou em frente à residência, ainda, teria contra si o móvel da ação delituosa, consistente na suspeita do mesmo de que a vítima virtual teria assassinado seu primo (...)" fls.03*

A materialidade do delito encontra-se devidamente comprovada por meio da Perícia Tanatoscópica de fls.85.

Feitas essas considerações, passa-se à análise do recurso.

Compulsando os autos, observa-se que não assiste razão ao apelante. Isso porque, os depoimentos testemunhais dão conta de que o réu agiu com dolo e participou do crime de homicídio contra a pessoa de Valmir Joaquim Alexandre.

Na audiência de instrução e julgamento a testemunha, **VALDEMIR JOAQUIM ALEXANDRE**, irmão da vítima, declarou que:

"(...) que no dia e hora dos fatos estava junto com a vítima; que estava em frente à casa da sua sogra, onde os fatos ocorreram, quando o tio do acusado Wellington pediu para ele e a vítima carregarem uns tijolos para ele, e, após terminar o trabalho, sentou na calçada da casa, enquanto que a vítima sentou na sua bicicleta, quando, a certa altura, chegou o acusado Cleber e "Felipão", tendo o acusado feito um gesto com a cabeça apontando para o depoente, indicando ao Felipão; que o acusado Cleber achava que o depoente havia matado um primo dele, e o depoente é muito parecido com a vítima, que era seu irmão, tendo Felipão começado a disparar e o depoente corrido para dentro da casa, junto com a vítima; que Felipão adentrou à residência, mas não avistou o depoente, que deitou-se em um canto da parede e não foi visto, seguindo para o quarto onde a vítima estava, tendo o depoente ouvido os disparos; que a vítima escondeu-se embaixo da cama e Felipão continuou atirando, tendo o acusado Wellington entrado na casa e chamado Felipão para ir embora, enquanto a Polícia não chegasse; (...)" fl.211

A testemunha **REGINALDO SEVERINO DA SILVA** acrescentou que:

"(...) que é genro da testemunha Valdemir; que no dia e hora dos fatos encontrava-se no local, na calçada de sua casa; que tudo aconteceu muito rapidamente e viu quando um sujeito gordo, que nunca tinha visto na vida, entrou em sua casa com um revolver na mão, tendo o depoente gritado para que tal pessoa não atirasse, já ouvindo o primeiro tiro, tendo corrido do local para se abrigar em um beco que tem na rua; que, já na delegacia, foi que reconheceu **WELLINGTON** como sendo a pessoa que entrou com o atirador e em seguida saiu com ele; que o acusado Wellington não estava armado, nem atirou em ninguém; que do local onde estava escondido deu para ver o acusado Wellington e o atirador saindo de sua casa e indo embora por outro beco; (...)" fl.213



402

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Em seguida, a testemunha, **JAMILLY BARBOZA DA SILVA**, disse que:

“(…) é companheira da testemunha Valdemir, irmão da vítima; que no dia e hora do crime havia saído para comprar um sanduíche, e **quando ia voltando encontrou o acusado Wellington dando cobertura à fuga de quem matou a vítima; que quando avistou Wellington, vinha por um beco e cruzou com ele no referido local; (…)** que esclarece que no beco Felipão e o acusado Wellington vinham em sentido contrário à depoente, sendo que esta ia para casa e eles em sentido contrário, e aguardou na rua, que é clara, a passagem dessas pessoas para poder por ali passar, foi quando visualizou felipão e o acusado Wellington; que o acusado e felipão iam andando normalmente, sem pressa; que não dava para perceber que essas pessoas estivessem em fuga, mas chegou a ver felipão com uma arma na mão; que no momento em que cruzou com Felipão este estava com uma arma em uma das mãos e a outra segurando a bicicleta; (…)” fls.213v/214

Tais fatos demonstram que o réu agiu com dolo, participando da empreitada criminosa e ajudando a dar fuga ao atirador.

À fl.101 o acusado WELLINGTON afirma que ouviu os disparos e entrou na casa onde o crime estava acontecendo por curiosidade. Ora, quem em sã consciência ouve disparos e adentra no local, sem qualquer cautela? Vê-se que a versão do acusado não é crível e destoa das demais provas colhidas no processo.

Assim sendo, da leitura dos depoimentos testemunhais não há como afirmar que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos. Vale frisar que, tais depoimentos foram confirmados em Plenário do Júri – **DVD de fls.335.**

Nesse passo, importante considerar que é da jurisprudência uníssona dos Tribunais do país, e da doutrina unânime, que as decisões do Júri só podem ser cassadas pelo órgão revisor quando totalmente bizarras, escandalosas, arbitrárias e sem nenhum nexo lógico com a prova coletada no processo.

Ora, verifica-se que o Conselho de Sentença não se afastou do conjunto probatório que instruiu o processo em epígrafe. De forma que não merece ser acolhido o pleito da defesa no sentido de desclassificar o delito para lesão corporal, sob o argumento de que o réu não tinha a intenção de matar a vítima.

A jurisprudência pátria ensina que: “(…) *In casu*, não restou evidenciado no acórdão objurgado ter sido a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos, o que permite concluir que deve prevalecer a decisão absolutória proferida pelo Conselho de Sentença, sob pena de afronta à soberania do Júri. (Precedentes) Ordem concedida” (HC 51.000-SP, 5ª. T., rel. Felix Fischer, 03.08.2006, v.u., DJ 09.10.2006, p.321).



103

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Conforme reiteradamente tem-se decidido, decisão manifestamente contrária à prova dos autos, apta a ensejar a anulação do Júri e a afastar a soberania de seu veredicto, é aquela que não tem apoio em prova nenhuma, é aquela proferida ao arrepio de tudo quanto mostram os autos, é aquela que não tem a suportá-la, ou justificá-la, um único dado indicativo do acerto da conclusão adotada. Não é ao contrário, aquela que se assenta em algum elemento de convicção, em pormenores, evidenciados pela prova.

Nesse sentido, as lições de HELENO CLÁUDIO FRAGOSO, ("Jurisprudência Criminal", pág.378, nº 320), de JÚLIO FABBRINI MIRABETE ("Processo Penal", pág.612/613), de DAMÁSIO EVANGELISTA DE JESUS ("Código de Processo Penal Anotado", pág.383, 9ª ed., 1991), de FREDERICO MARQUES ("Tratado de Direito Processual Penal", vol. IV, pág.245), de ESPÍNOLA FILHO ("Código de Processo Penal Brasileiro"-Anotado, vol. IV, nº1.238) etc.

Havendo duas ou mais versões, todas razoáveis em confronto com a prova, pode o Tribunal do Júri optar pela que lhe pareça mais verossímil ou a que melhor se ajuste ao caso concreto, sem vez para que o órgão revisor possa cassar a decisão por manifestamente contrária à prova dos autos (STF, HC nº 70.129-9-RJ, Rel. Min. PAULO BROSSARD, "DJU" de 17/06/94, pág.15.721; STJ, HC nº 10-DF, "DJU" de 16/1089, pág.15.859).

No caso em tela, a decisão atacada baseou-se em fatos evidenciados através de declarações colhidas, consoante acima transcrito.

Ultrapassada essa questão, passa-se à análise da pena.

O magistrado sentenciante pontuou o seguinte:

"(...) Examinando-se as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, aplicáveis *in casu*, tem-se que o crime foi cometido com **dolo** intenso, vez que a vítima sofreu várias lesões por disparos de arma de fogo, evidenciando a inquestionável vontade de matar. A **culpabilidade** é plena, posto que o réu, embora não tenha sido o executor, agiu com extrema frieza, vez que acompanhou a pessoa conhecida pela alcunha de "Felipão" no intuito de localizar a vítima, indicando ainda, posteriormente, um lugar para o executor se esconder após a ação criminosa.

Não constam nos autos registros de condenações definitivas contra o mesmo, sendo o acusado, desta feita, tecnicamente **primário**.

As **consequências** do crime são graves, especialmente para os familiares da vítima, que se quedam tomados de revolta pela perda repentina de uma vida por eles estimada com o súbito assassinato de um ente querido.

A vítima, no momento da ação delituosa, encontrava-se desarmada, não tendo contribuído para a ocorrência do crime. Por outro lado,





404

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

constam nos autos informações que os denunciados, juntamente com "Felipão", queriam assassinar, na realidade, Valdemir Joaquim Alexandre, irmão da vítima.

À míngua de circunstâncias atenuantes e agravantes e por inexistirem causas especiais de diminuição ou de aumento de pena, torno definitiva a pena de **20 (vinte) anos de reclusão**.

Em razão da complexidade dos elementos que possibilitam este Juízo operar o instituto da detração, de forma segura, deixo tal trabalho para o Juízo das Execuções Penais.

A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida, inicialmente, em regime **fechado**, tal como preceitua o artigo 33, § 2º, "a", do Código Penal, em estabelecimento prisional próprio para o regime aplicado. (...) fls.340/341

Constata-se que o juízo *a quo*, ao proceder a análise da primeira fase da dosimetria, equivocou-se ao apreciar as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal. Seu reparo possibilitará a aplicação de sanção mais adequada, inclusive e notadamente para a eficácia da punição. As penas devem se adequar ao princípio da proporcionalidade de modo a se aquilatar a sanção estatal aos contornos objetivos e subjetivos da prática ilícita perpetrada.

Ao que observo, as conseqüências do crime são próprias do tipo e, portanto, não podem ser consideradas em desfavor do réu. O motivo fútil foi usado para qualificar o delito, e as circunstâncias sopesadas na primeira fase da dosimetria (art.121, §2º IV do CP), crime cometido de modo que dificultou a defesa da vítima. Assim sendo, pesam em desfavor do réu somente a culpabilidade e as circunstâncias do crime, razão pela qual a pena foi exacerbada.

Diante disso, reduzo a pena base, fixando-a em **14 (quatorze) anos de reclusão**, a qual torno definitiva à míngua de causas de aumento ou diminuição de pena. Mantenho o regime inicial fechado para o cumprimento da pena.

Por tais razões, voto no sentido de **dar provimento parcial ao recurso**, no sentido de reduzir a pena do acusado WELLINGTON COSTA DE ARAÚJO, fixando-a em 14 (quatorze) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado.

É como voto.

Recife, 2ª de Maio de 2014

**Des. Antônio Carlos Alves da Silva**  
Revisor